

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, notamos crescente interesse pelo tema juventude em relação seja às demandas e necessidades dos jovens, seja aos problemas por eles levantados. Pensar a juventude, no entanto, é tarefa complexa porque não se trata de uma condição a-histórica que se exprime de maneira idêntica nos diferentes momentos e estratos da sociedade.

No Brasil, as questões relacionadas à juventude têm adquirido visibilidade cada vez maior. Afinal, considerado apenas o aspecto demográfico, a população entre 15 e 19 anos atingiu, em 2007, um contingente de quase 17 milhões de pessoas. A todo instante, nos é apresentado um quadro bastante inquietante, que sugere a falta de perspectivas para a grande maioria dessa população.

Os jovens são considerados a parcela da população mais vulnerável a problemas como violência, desemprego, dificuldade de acesso a escolas de qualidade e carência de bens culturais, lazer e esporte. Estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) mostram que os jovens brasileiros, sobretudo dos 15 aos 24 anos, constituem a parcela da sociedade mais exposta à violência quer como vítimas, quer como agentes.¹ Apesar da universalização do ensino, eles ainda enfrentam sérias dificuldades de ingresso e permanência na escola. Ao lado disso, defrontam-se frequentemente, em nosso modelo econômico globalizado e neoliberal, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Essas diferentes formas de violência incidem de maneira brutal sobre o corpo e a economia psíquica dos jovens. Sentimentos de profundo desamparo e de desalento resultam dessas experiências e se constituem em fatores importantes e decisivos na construção de suas formas de estar no mundo, marcando-lhes a subjetividade. Nas últimas décadas, estudos, instituições e programas voltados para o atendimento

¹ Cf. http://www.unesco.org.br/noticias/opinião/index/diadajuventude/mostra_documento. Acesso em 4 de março de 2007.

das necessidades e dos impasses vividos pelos jovens se expandiram, multiplicando-se os especialistas. Em tal contexto, problematizar as questões relativas à juventude brasileira é fundamental, tendo sido em decorrência dessa preocupação que o Grupo Epos,² vinculado ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenado por Joel Birman, criou o projeto *Juventudes, subjetivações e violências*, cuja abordagem do tema pretende ser multidisciplinar.

Com efeito, o Epos tem procurado ampliar o campo da saúde coletiva, por meio de contribuições da psicanálise, da antropologia, da sociologia, da história, do direito, da criminologia e da teoria do discurso. O eixo fundamental de suas pesquisas é uma reflexão genealógica sobre as formas de subjetivação, na qual a problemática da violência se destaca. Desenvolvido desde 2008, o projeto *Juventudes, subjetivações e violências* conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e se compõe de diferentes pesquisas cujo pressuposto é a submissão da juventude a diversos tipos de violência que desempenham papel fundamental nas formas de subjetivação contemporâneas. Além disso, visa instaurar uma rede de pesquisa que fomente o diálogo com pesquisadores de outras instituições e contribua para o aprofundamento das questões em jogo.

Este livro é fruto desse projeto. Os autores aqui reunidos, oriundos de diferentes campos de saber, foram convidados a refletir sobre o tema juventudes, subjetivações e violências, com a liberdade de enfatizar o termo com a qual se sentissem mais concernidos. A qualidade dos artigos revela o acerto do convite, uma vez que ressaltam a complexidade do tema e a importância de continuar a aprofundar seu estudo.

Em seu belo artigo, Mary Del Priore mostra que, ao longo dos séculos, a juventude sempre suscitou reações ambivalentes, tendo sido percebida e vivenciada de forma específica de acordo com a época e os grupos sociais. Passeando pela história do Brasil, delinea um rico panorama da experiência social dos jovens, sem deixar de sublinhar a persistente e duradoura pobreza, bem como a precariedade da inserção escolar da criança brasileira. A autora, ao concluir seu texto, acena para a importância da construção de uma nova ética, centrada no respeito às crianças e aos adolescentes.

Joel Birman assina o texto “Juventude e condição adolescente na contemporaneidade: uma leitura da sociedade brasileira de hoje”, no qual, baseado em rigorosa análise das condições políticas e sociais de produção da violência nas sociedades contemporâneas, observa a exacerbação da condição de desamparo que caracte-

² Integram o Epos os seguintes pesquisadores: Fábio André Moraes Azeredo, Helena Bocayuva, Maria Theresa da Costa Barros, Sílvia Alexim Nunes, Stella Luiza Moura Aranha Carneiro, Vera Malaguti Batista e Wedencley Alves. Cf. www.epos.org.

riza a experiência da adolescência na atualidade. Nesse contexto, problematiza a disseminação da violência entre os jovens das classes médias e das elites brasileiras, que teria como um de seus efeitos a construção de um estilo de ser marcado pela agressividade.

Refletindo sobre as mesmas inquietações, Maria Lívia do Nascimento e Cecília Maria Bouças Coimbra partem do pressuposto de que os modos de viver e existir são construções históricas. Problematizam leituras naturalizantes e essencialistas das formas de subjetivação e, em diálogo com Félix Guattari, Suely Rolnik e Peter Pal Pelbart, investigam as formas de subjetividades que vêm sendo construídas pelas diferentes práticas sociais sobretudo dos jovens.

Dois artigos resultam de pesquisas calcadas em entrevistas feitas com jovens envolvidos com a violência, como agentes ou como vítimas, e com ou sem relações com o varejo de drogas. De um lado, Ignacio Cano parte do dado estatístico de que os jovens são os grandes protagonistas da violência e de que a fronteira entre os papéis de autor e vítima se encontra praticamente apagada. Segundo o autor, o objetivo de sua pesquisa consiste em explorar como os jovens vivenciam a experiência da violência, uma vez que essa experiência será central na formação de sua identidade e na percepção do lugar que ocupam no mundo. De outro, Mariza Feffermann analisa a experiência dos jovens inscritos no “tráfico de drogas” à luz da categoria *trabalho*. Como diz um dos jovens entrevistados: “A boca é trampo, só que é um trampo embaçado”. Ao se valer das contribuições de Karl Marx e Theodor Adorno, Feffermann destaca as relações econômicas e sociais das redes de poder constituídas pelo capitalismo globalizado nas sociedades contemporâneas.

Em seguida, duas preciosas análises históricas desenham os percursos sinuosos das políticas públicas sobre a infância e a adolescência pobre no Brasil. Gizlene Neder levanta aspectos da conjuntura histórica que envolveu o debate sobre a Lei do Ventre Livre e destaca a importância dos temas em pauta para as formulações de políticas públicas voltadas para a assistência da infância e da juventude pobres. O exemplo que fornece acerca da designação de “ingênuos” para filhos de escravos, acarretando para estes um não-lugar nas parcas políticas educacionais destinadas à infância pobre, é bastante eloquente. Vera Malaguti Batista, por sua vez, indica o quanto, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, a juventude pobre, “da catequese dos indiozinhos sem alma aos filhos dos escravos”, tem sido objeto permanente do poder punitivo e da criminologia. Seu ensaio chega ao Brasil de nossos dias, cuja população envolvida em conflitos, presa ou assassinada entre 14 e 24 anos é pobre e negra, razão pela qual postula o “fim do proibicionismo na política criminal de drogas” e das internações juvenis.

Ampliando ainda mais o tema, os três últimos artigos exploram as relações entre violência, controle social e subjetivação, tendo como base perspectivas bastante

singulares. João Camillo Penna usa como material de pesquisa fontes literárias como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *Pavilhão 9. Paixão e morte no Carandiru*, do médico e prisioneiro, hoje evadido, Hosmany Ramos. Desse modo, reflete sobre os massacres de Canudos, na aurora do século xx, e do Carandiru, às vésperas do XXI, mostrando a distância e o espanto entre aqueles *que devem viver e aqueles que devem morrer*. Sua argumentação, apoiada na biopolítica de Michel Foucault e Giorgio Agamben, problematiza o que chama de penalização e de culturalização da pobreza brasileira. Paulo Vaz desenvolve o conceito de vítima virtual, cujas condições de emergência procura delimitar. Em sua análise, propõe que uma das formas de as culturais ocidentais contemporâneas atribuírem sentido aos crimes produz esse tipo de subjetividade, com o qual se pode ver que determinados indivíduos, informados por notícias sobre o sofrimento de estranhos, passam a conceber sua rotina e seu cotidiano perpassados pela possibilidade de sofrer, isto é, de vitimização.

Por fim, Maria Lucia Karam argumenta que o medo da violência vem fazendo com que propostas de trocar a liberdade por segurança se disseminem cada vez mais nos estados democráticos, abrindo as portas para experiências totalitárias. Isso tem resultado, desde as últimas décadas do século xx, na expansão do poder punitivo e uma de suas conseqüências é o crescimento global da violência. Em suas conclusões, Karam lembra, de forma irônica, que, caso não existisse a tão lamentada impunidade “e pudesse o sistema penal alcançar todos os autores de condutas criminalizadas, dificilmente sobraria alguém para exercer o papel de carcereiro”.

Em suma, os dez artigos aqui reunidos trazem rica contribuição para os temas que o grupo Epos tem debatido, alargando de forma instigante e original as possibilidades de abordá-los. Estamos certas de que constituem rico material para todos aqueles que querem aprofundar suas reflexões sobre as relações entre juventude, violência e formas de subjetivação.

Helena Bocayuva
Silvia Alexim Nunes